

VANESSA GRAZZIOTIN DEXHEIMER

*Mestre em Direito Tributário (LL.M. in Taxation) pela Universidade de Nova York (New York University – NYU). Mestre em Direito Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT. Advogada.*

# PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

## ENTRE VONTADE E LEGALIDADE

SÉRIE DOCTRINA TRIBUTÁRIA VOL. XVII



# Editora Quartier Latin do Brasil

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: *quartierlatin@quartierlatin.art.br*  
*www.quartierlatin.art.br*

**Coordenação editorial: Vinicius Vieira**

**Produção editorial: José Ubiratan Ferraz Bueno**

**Diagramação: Victor Guimarães Sylvio**

**Revisão gramatical: Ronaldo Santos Soares**

**Capa: Eduardo Nallis Villanova**

DEXHEIMER, Vanessa Grazziotin. Parcelamento Tributário: Entre Vontade e Legalidade – Série Doutrina Tributária v. XVII. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

1. Direito Tributário. 2. Parcelamento. I. Título

ISBN: 85-7674-756-1

## **Índice para catálogo sistemático:**

1. Brasil: Direito Tributário
2. Brasil: Parcelamento

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

**SUMÁRIO**

|                     |    |
|---------------------|----|
| Agradecimentos..... | 9  |
| Prefácio.....       | 11 |

**INTRODUÇÃO, 15****1. PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO, 25**

|  |    |
|--|----|
| 1.1. Regime legal dos programas de<br>parcelamento tributário .....                              | 25 |
| 1.1.1. Parcelamento ordinário – Lei nº 10.522/02.....  | 26 |
| 1.1.2. Programa de Recuperação Fiscal (Refis) –<br>Lei nº 9.964/00 .....                         | 27 |
| 1.1.3. Parcelamento Especial (Paes) – Lei nº 10.684/03.....                                      | 29 |
| 1.1.4. Parcelamento Excepcional (Paex) – Medida<br>Provisória nº 303/06 .....                    | 30 |
| 1.1.5. “Refis da crise” – Lei nº 11.941/09 .....   | 32 |
| 1.1.6. Parcelamentos da Lei nº 12.865/13: lucros no<br>exterior e instituições financeiras ..... | 34 |
| 1.1.7. Leis estaduais e municipais .....   | 35 |
| 1.1.8. Considerações sobre o regime legislativo .....  | 40 |
| 1.2. Parcelamento tributário .....   | 44 |
| 1.2.1. Moratória e parcelamento.....   | 45 |
| 1.2.2. Transação e parcelamento .....  | 48 |

**2. LEGALIDADE TRIBUTÁRIA: O PAPEL DA  
MANIFESTAÇÃO DE VONTADE DO SUJEITO PASSIVO  
NA INSTITUIÇÃO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, 57**

|  |    |
|--|----|
| 2.1. Origens históricas da legalidade tributária.....    | 57 |
| 2.2. Evolução do conteúdo da legalidade tributária ..... | 60 |

|  |    |
|--|----|
| 2.2.1. Legalidade e princípio democrático .....  | 60 |
| 2.2.2. Legalidade e igualdade.....   | 63 |
| 2.2.3. Legalidade e segurança jurídica .....   | 66 |
| 2.3. Legalidade tributária no Direito brasileiro .....   | 69 |
| 2.4. Papel da manifestação de vontade do sujeito<br>passivo na instituição da obrigação tributária<br>(seu caráter <i>ex lege</i> )..... | 73 |
| 2.5. Controle da aplicação e do conteúdo da lei:<br>princípio da inafastabilidade da jurisdição .....                                    | 82 |

### **3. PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO E EFEITOS DA CONFISSÃO IRREVOGÁVEL E IRRETRATÁVEL DO DÉBITO PARCELADO, 87**

|   |     |
|---|-----|
| 3.1. Confissão e seus efeitos.....  | 88  |
| 3.2. Extensão dos efeitos.....  | 94  |
| 3.2.1. Enquadramento jurídico dos fatos confessados.....                            | 94  |
| 3.2.2. Ilegalidade ou inconstitucionalidade da lei<br>instituidora do tributo ..... | 97  |
| 3.2.2.1. Inconstitucionalidade da lei instituidora<br>do tributo.....               | 98  |
| 3.2.2.2. Ilegalidade na aplicação da lei instituidora<br>do tributo.....            | 105 |
| 3.2.3. Vícios na confissão .....  | 108 |
| 3.3. Irrevogabilidade e irretratabilidade da confissão.....                         | 117 |

### **4. PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO, DESISTÊNCIA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E JUDICIAL E RENÚNCIA AO DIREITO EM QUE ELES SE FUNDAMENTAM, 123**

|  |     |
|--|-----|
| 4.1. Desistência e renúncia no processo administrativo ..... | 123 |
| 4.2. Desistência e renúncia no processo judicial.....        | 128 |
| 4.2.1. Desistência do processo judicial.....                 | 129 |

|  |     |
|--|-----|
| 4.2.2. Renúncia ao direito em que se fundamenta a<br>ação judicial .....   | 131 |
| 4.2.2.1. Renúncia a direito fundamental .....  | 133 |
| 4.2.2.2. Inafastabilidade da tutela jurisdicional e<br>devido processo legal .....   | 141 |
| 4.2.2.3. Separação de poderes .....  | 149 |
| 4.2.2.4. Igualdade .....   | 151 |
| 4.2.2.5. Inadmissibilidade da exigência de renúncia<br>ao direito em que se fundamenta a ação judicial<br>proposta contra o débito parcelado ..... | 153 |
| 4.3. Impugnação judicial do débito parcelado .....   | 156 |
| 4.3.1. Simultaneidade da impugnação judicial e<br>do parcelamento tributário especial .....  | 156 |
| 4.3.2. Impugnação judicial do débito parcelado:<br>aspectos processuais .....  | 159 |
| <br>   |     |
| Conclusões .....   | 165 |
| <br>   |     |
| Bibliografia .....   | 175 |